

do esquema de repressão que vai desde a intimidação física, em "defesa da segurança moral", até a intimidação ideológica contra estudantes, professores e funcionários.

Recentemente, a sede do DCE foi invadida por elementos que, com auxílio policiais e prepotentes, tentaram intimidar estudantes e o presidente da entidade que lá se encontravam. Os referidos elementos negaram-se à apreensão suas credenciais, alegando estarem à serviço de um inquérito que pelo nosso conhecimento está sendo encaminhado pela própria Administração da UFPA.

No dia seguinte a este fato mais uma intimidação: o carro de um dos membros do Diretório Acadêmico do Centro de Exatas foi arrombado dentro do "Campus". Estranhamente nem um objeto de valor desapareceu do veículo.

No último dia 27 de março, a mais absurda das intimidações aconteceu: o estudante matriculado no curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, João Priantes Neto, quando se dirigia para participar de uma palestra, foi interceptado por um guarda da segurança sob o argumento de "suspeita de arrombamento" de um carro estacionado no Campus da Universidade. O guarda levou-o até a Prefeitura do Campus — onde funciona a sala do chefe da Segurança Interna —, identificou-se como estudante e declarou desconhecer tais acusações, em seguida, foi intimado e espancado, sofrendo em consequência disto hematomas na vista esquerda e cortes no supercílio e na região nasal. A seguir foi levado preso ao Posto Policial do Guamá por soldados trazidos ao Campus em condução da própria Universidade, onde permaneceu detido até à tarde do dia 28, quando foi solto pelo Delegado de plantão, por falta de provas.

Vimos, assim, que atos de violência e prepotência têm se tornado esdrúxulos e se repetem dia após dia em nossa Universidade, mesmo sob nosso protesto e denúncia pública. Por isso, recorremos a V. Ex.^a dada à situação de extrema gravidade, onde não temos mais segurança de locomoção e da nossa rotineira tarefa de estudar, quando a própria Reitoria está conivente com estes abusos relacionados.

P.S. Em anexo notícias dos jornais locais. Saudações Universitárias. Belem, 2 de abril de 1979. — José Carlos Bouçã da Silva, Pte. do DCE."

O SR. ADHEMAR GHISI (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos scntindo, pela marcha dos acontecimentos, que está sendo inaugurada uma nova era política em nossa Pátria, despontando a figura singular do Presidente João Baptista Figueiredo como um condutor que conhece a rota em que colocou os destinos do Brasil.

Como ponto alto do comportamento de S. Ex.^a destaca-se, no campo político, o processo da abertura, através do qual busca, gradual, mas decididamente, o aperfeiçoamento da democracia pátria, tão necessária ao perfeito equilíbrio da família brasileira.

Todavia, não tem faltado críticas ao procedimento do Governo, a ele atribuindo comportamento que estaria escamoteando, dos propósitos reformistas, situações incapazes de serem atingidas pelos favores do decreto de anistia.

Por certo no trato das razões que levarão o Governo a selecionar os casos passíveis dos favores constitucionais haverá necessidade de necessária filtragem objetivando o conhecimento dos crimes que, à luz do Direito e da Justiça, possam merecer tratamento consentâneo com o delito praticado, de sorte a não criar na própria consciência nacional os traumas correspondentes.

Não se poderá permitir, no trato dos referidos favores, a concessão da chamada anistia ampla, pois determinaria ela o benefício do Instituto a indivíduos dotados de alta periculosidade, sem o atendimento de casos que, ao revés, se referem a delitos de importância relativa.

Entendemos, com a devida vênia, não poder o Governo correr o risco do favorecimento amplo e irrestrito, sob pena de cometer erros, ora contra as instituições, ora contra a própria sociedade.

Na realidade, como estender-se a anistia ao chamado "assalto político", ao falado crime terrorista, quando seus efeitos se refletem nos indivíduos, na sociedade, pela ofensa à integridade dos que nada têm com as atividades delituosas, pagando com a vida pelo infortúnio de se encontrar, e fortuitamente, no caminho trilhado pelo criminoso?

Nem haveria como se entender o confronto de tais situações com aquelas outras onde cidadãos foram eventualmente envolvidos por acidente político, sem reflexos maiores à segurança do regime, do cidadão isoladamente ou da sociedade em seu conjunto.

Entendemos que, para trilhar caminho seguro, e com mínima margem de erros de procedimento, deva o Governo tender para

a triagem e agrupamento dos crimes na sua configuração jurídica-penal, encaminhando as soluções, as decisões, ao Poder Judiciário, sob cuja responsabilidade a Constituição brasileira colocou a soberana tarefa de julgar os indivíduos pelos crimes que tenham praticado, afastando do Poder Executivo o encargo de responder, perante a opinião pública, por atos que não lhe cabia julgar.

Temos certeza, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de que, em assim agindo, não só estará o Poder Executivo transferido ao Poder normativo suas legítimas atribuições, como, também, restabelecendo a verdade acerca de todos os processos de cassações e confiscos, além daqueles que, escapando dessa órbita, encontram-se na faixa dos chamados crimes contra a segurança nacional.

Para um Governo que manda debitar a si os encargos decorrentes da demora no atendimento de suas responsabilidades financeiras, do mesmo modo que os debita ao particular, não faltarão coragem e capacidade para mandar debitar aos seus órgãos governamentais os desacertos próprios de um momento artificial na vida brasileira, já que necessários à sobrevivência dela mesma.

Os atos inaugurados pelo atual Governo na área política têm revelado que o Presidente Figueiredo não temerá enfrentar o problema pela raiz, determinando ao pragmático Ministro Petrônio Portella, fimeiro seguro colocado à testa do Ministério da Justiça, os caminhos que permitam o restabelecimento de uma democracia responsável e integradora dos filhos desta Nação.

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (ARENA — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, os jornais desta Capital publicaram matéria da CONTAG — paga com o dinheiro dos trabalhadores rurais — atacando o Sr. Ministro da Agricultura, Delfim Netto, por causa de nota veiculada pela seção "Informe JB", do Jornal do Brasil do dia 30 de março. Segundo a referida nota o Sr. Ministro havia "reiterado seu desprezo pela reforma agrária, e, "desta forma, aquela entidade não aceita que o Sr. Delfim Netto venha menosprezar os que trabalham na terra e que devem receber do Sr. Ministro o respeito que merecem".

Sr. Presidente e Srs. Deputados, creio que a CONTAG, órgão que admiramos pela sua representatividade e pelos esforços empreendidos na defesa e melhoria econômica e social de uma classe tão laboriosa, como os trabalhadores rurais, não tenham compreendido que o Sr. Ministro Delfim Netto, em conversa informal na residência do Deputado Joaquim Coutinho — onde mais de cinquenta por cento dos convidados eram jornalistas — tenha feito tal afirmação como uma diretriz de sua Pasta. Creio, Sr. Presidente, que a CONTAG se tenha precipitado ao fazer tais acusações, antes de conhecer o real pensamento do Sr. Ministro com relação à classe trabalhadora.

Não devem precipitar-se os integrantes da CONTAG, repito, se não sabem que, naquela mesma noite, o Sr. Ministro externou sua meta, qual seja, dar maior crédito ao pequeno e médio produtor, assegurando, ainda, que sua política estaria baseada no tripé trabalhador, crédito e consumidor.

Falou também S. Ex.^a de sua preocupação em resolver o problema dos "bóias-frias" e tantos outros assuntos relacionados com os trabalhadores rurais. Peço ao Sr. Presidente da CONTAG, a quem tanto admiramos, que procure conhecer o Sr. Ministro Delfim Netto; constatará que a classe trabalhadora não está — como disseram na nota — "marginalizada dos frutos do crescimento do nosso País".

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO HERCULINO (MDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, auscultando a opinião pública de Brasília, cheguei à conclusão de que o maior anseio deste povo é pelo direito de votar, de não ser marginalizado do processo político, como tem sido até hoje.

No momento em que se fala tanto em abertura, creio não ser possível uma abertura maior do que esta: permitir que o povo de Brasília vote, elegendo seus Deputados Federais, Senadores e seu Governador.

Essa imposição que sofre Brasília é realmente um absurdo. Temos um exemplo palpante da vontade que o povo tem de votar, nas eleições que se processam na Associação Comercial, nos sindicatos, no Iate Clube que hoje mobilizam a opinião pública, como uma válvula de escape para frustração de ver nomeado seu Governador, enquanto Brasília permanece sem um Deputado, sem um Senador para representá-la.

Fazemos um apelo aos Poderes constituídos para que ampliem essa abertura, o que virá, realmente, ao encontro dos anseios do povo brasiliense.

O SR. EUCLIDES SCALCO (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui para reclamar, junto ao Ministério dos Transportes e ao DNER, contra a